



Nação e Defesa¹

*L. P. Macedo Carvalho**

*“... Da nova Lusitânia, nova Corte Julguei que era o Brasil jardim sem muro,
Tesouro rico, porém mal seguro.”*

Brás Garcia de Mascarenhas, Viriato Trágico, canto II

As comemorações do V Centenário do Descobrimento do Brasil, no apagar das luzes de mais um século e milênio, induzem a refletir sobre os versos do poeta-soldado luso, então foragido aqui, que lutou contra o invasor holandês e fez fortuna comerciando na Colônia. Será que por ter sido o país batizado com o nome de Terra de Santa Cruz, Deus ser considerado brasileiro e nosso povo, dito cordial, julgar-se abençoado pelo Criador, ou por situarmo-nos nos trópicos, prevalece a vontade de nada fazer e a nação não deva preocupar-se com a sua defesa?

Celebrar é repensar. As celebrações só têm real significado se envolvem reavaliações da trajetória histórica percorrida. Sempre que se tem

em mente a comemoração de um acontecimento passado, de fato, está a se manifestar uma visão do presente especulando o porvir. Não podemos escapar ao julgamento dos anos.

A história é feita de fatos concretos, devidamente comprovados, justiça e verdade, e não subjetivamente, por antipatia ou simpatia. Parece que a hora é propícia a uma reavaliação do nosso passado, de se fazer um exame de consciência e também de mudança. Somente o domínio do já vivido nos leva ao autoconhecimento para assumirmos o que somos, a fim de saber o que podemos fazer e aonde vamos.

“Os povos ressentem-se eternamente de sua origem”, preconizava Aléxis de Tocqueville. Vamos, pois, aos fatos, num passeio através

* Coronel de Artilharia e de Estado-Maior e Presidente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil - IGHMB.
¹ Transcrito do Jornal do Brasil de 11 de maio de 2000 e oportuno nesse momento em que se consolida o Ministério da Defesa no Brasil.

dos tempos, nesses quinhentos anos de existência. Pagamos até hoje o pecado original, desde nossos primórdios – posição geopolítica excêntrica em relação aos pólos do poder; o início do ciclo do ouro só se verificar no século XVIII; a escassez de recursos do colonizador para enfrentar os silvícolas, desde a priorização das atividades marítimas em detrimento das econômicas e militares.

Do efetivo total aproximado de setecentos soldados da esquadra de Cabral – recrutado à força, sem formação militar –, só ficaram nas terras achadas cinco grumetes desertores e dois degredados. Por três décadas após a viagem de Cabral, os portugueses abandonaram a Terra de Santa Cruz até as incursões de corsários ingleses e franceses.

Meio século se passara da chegada dos portugueses ao Brasil quando, diante do fracasso das donatárias e da crescente ameaça dos franceses, Tomé de Souza aportou na Bahia acompanhado apenas de seiscentos soldados, arcando com o pesado ônus da ocupação e defesa da Colônia. Isso não impediu os franceses, liderados por Villegaignon, de se estabelecerem no Rio de Janeiro, a partir de 1555, e só serem expulsos com reforços trazidos por Estácio de Sá, em 1567.

As invasões holandesas pegaram de surpresa a Colônia completamente indefesa, com oitenta soldados guarnecendo o Presídio de Salvador e um efetivo um pouco menor em Pernambuco. A incapacidade portuguesa de manter a Colônia levou a que Vieira sugerisse a venda do território ocupado aos holandeses. Só a resistência dos luso-brasileiros ao invasor na Guerra Brasília fez com que a metrópole esgotada reunisse meios e socorresse a Colônia. As batalhas de Salvador e dos Mon-

tes Guararapes, afora os exemplos constantes de heroísmo nas páginas da história pátria, tiveram o mérito de despertar a consciência da metrópole para a necessidade de defender as terras brasileiras.

Em 1750, o Tratado de Madri, para configurar o contorno do território brasileiro, valeu-se das fortificações edificadas pelos portugueses no Brasil, desde o Forte de Macapá até o Forte de Jesus Maria José, no Rio Pardo.

A extinção do Estado do Maranhão e a elevação do Brasil a vice-reino ensejaram a reorganização militar pombalina, traduzida nas medidas adotadas pelo inglês de origem prussiana Conde de Lippe, que trouxe ao Rio de Janeiro o Tenente-General Heinrich Böhm e os regimentos de Moura, Bragança, Extremos e Elvas, para a defesa da cidade. Vale ressaltar, também, nessa ocasião, em face dos sucessos alcançados no Prata, a atuação do Conde de Bobadela, Gomes Freire de Andrade, criando a Casa do Trem (1763), sem dúvida o embrião do futuro exército nacional.

Outro marco na evolução da defesa do Brasil é encontrado nas providências tomadas pelo príncipe regente e depois D. João VI, em consequência da transladação da Corte de Portugal para o Rio de Janeiro à categoria de reino-unido a Portugal e Algarve, arrimado no seu autêntico braço direito – o Primeiro-Ministro da Guerra do Brasil, D. Rodrigo de Souza Coutinho, Conde de Linhares.

As lutas para a consolidação da Independência exigiram a abertura do voluntariado e a contratação de mercenários estrangeiros, por não dispor ainda o país de força militar capaz de garantir a sua defesa. Os liberais e extremistas opunham-se à existência de uma força militar e de poder militar profissional nacio-

nal. À míngua de apoio político e de poder militar, o Império acabou perdendo a Cisplatina, incorporada denodadamente por D. João.

Caracteriza-se o período das regências por indisfarçável redução das forças militares, a pretexto de economia, como sempre. Sustam-se as promoções e congelam-se os vencimentos dos militares. Erradicam-se os estrangeiros das fileiras do Exército e burla-se o serviço militar mediante o pagamento de taxa de quatrocentos réis ou apresentação de escravos em substituição.

A Nação, despreparada para a guerra, foi levada aos campos de batalha contra López sangrando ainda dos embates anteriores com os caudilhos dos pampas, tendo de se valer dos corpos de voluntários. Embora cobertos de louros após ingentes sacrifícios, as Armas nacionais saíram da Guerra da Tríplice Aliança fortalecidas, moral e numericamente, e orgulhosas de haver cumprido com a sua missão de assegurar a integridade e a soberania da Nação, mas logo as questões de defesa mergulharam no esquecimento.

As intervenções no Prata e a Guerra da Tríplice Aliança provaram a necessidade de dispormos de poder dissuasório consubstanciado em forças compatíveis com a estatura da Nação em termos de valor, equipamento e preparo profissional.

Nesse quadro desolador, agravado pela abolição da escravatura, pelas crises políticas e pela insensibilidade do imperador, é proclamada a República. A Revolução Federalista e a Revolta da Armada quase colocaram em risco a República por falta de estrutura de defesa. Os desastres das expedições militares em Canudos e no Contestado, a despeito do Exército haver restabelecido a ordem pública no cumprimento de sua missão constitucio-

nal e de ordem das autoridades legais, decorreram da estagnação da capacidade de defesa da Nação por negligência do governo. A Questão Acreana, que incorporou 152 mil quilômetros quadrados de terras ao Brasil, só no final contou com o apoio mínimo das Armas brasileiras institucionalizadas.

Em meio a esse clima, despontou, no começo do século XX, o vulto do General Hermes da Fonseca, que deu impulso à reforma militar naval e terrestre no País.

Muito concorreu para o êxito da ação de Hermes da Fonseca a política exterior desenvolvida pelo Barão do Rio Branco, alicerçada em Forças Armadas profissionais e aptas para a guerra, que respaldou a demarcação de nossas fronteiras com a Argentina, Bolívia, Colômbia, Peru, Uruguai e Venezuela.

O enfraquecimento do poder militar brasileiro é responsável pela participação modesta na Primeira Guerra Mundial. A contratação da Missão Militar Francesa, embora haja despertado o interesse pelo estudo dos problemas de defesa entre nós, na realidade preparou-nos para a guerra que passara e não para a que se esboçava no horizonte. A Era Vargas, se por um lado fortaleceu e modernizou o poder militar, por outro, comprometeu-o pela implantação do Estado Novo e a introdução do vírus político-ideológico na caserna. O próprio chefe militar da Revolução de 1930, Góes Monteiro, viria a reconhecer a necessidade de se banir a política do Exército e traçar uma política para o Exército.

A Segunda Guerra Mundial colheu a nação sem condições para empreendê-la. Os efetivos militares eram limitados e não havia planos de mobilização. A defesa do litoral, particularmente o estratégico saliente do Nordes-

te, apresentava-se por demais vulnerável. Tal quadro desolador quase nos submeteu à humilhante situação de assistir, impassíveis, ao desembarque de tropas norte-americanas nos pontos-chave de defesa do saliente nordestino. Vela ressaltar, nesse transe, a ação definitiva do General Góes Monteiro que, por meio de hábeis manobras, desencadeou em curto prazo um plano de emergência para um arremedo de defesa do Nordeste. A organização da FEB, com efetivo inicial previsto de três divisões, não se concretizou por inexistência de recursos humanos e materiais. À custa de pesados sacrifícios, as Forças Armadas, uma vez mais, superaram o desafio imposto e cobriram-se de glórias nos campos de batalhas e céus da Itália, bem como nas águas do Atlântico Sul, sem, contudo, auferirem os dividendos da paz para a nação. Em que pese a sua criminosa desmobilização prematura por questões políticas, geradora de problemas insolúveis até o presente, a FEB exerceu um importante papel reformulador no tocante aos temas de defesa e na mudança para o regime democrático.

Em decorrência da Guerra Fria, inesperadamente, não restou alternativa à Nação senão reprimir as ações de guerrilha urbana e rural, de natureza castrista e maoísta, sofrendo na carne as conseqüências de descuidar de sua defesa. Mediante inaudito esforço, a despeito do elevado preço pago, evitou-se a comunização do País, que podia arrastar com ele o resto da América do Sul, conforme previa o Presidente Richard Nixon.

Aprendemos por experiência própria. E, afinal, foram lançadas as bases de uma doutrina de defesa brasileira. Chegamos a esboçar a libertação da dependência externa com o florescimento de uma indústria bélica nacio-

nal. Avançamos bem com o projeto nuclear e recuamos sem tirar algum proveito político internacional. Procuramos ocupar e integrar a Amazônia, por último através do Projeto Calha Norte, depois negligenciado. Vimos colaborando com os organismos internacionais participando de operações de paz pelo mundo afora desde o envio do primeiro contingente do Batalhão Suez, em 1957, sem considerarmos previamente os interesses vitais do Brasil e o perigo de nos transformarmos em gendarmes a serviço de grandes potências.

A Segunda Guerra Mundial ditou a criação do Estado-Maior Geral em 1946, dois anos mais tarde transformado no EMFA, com a finalidade de planejar a organização e o emprego das Forças Armadas na defesa do País. Passaram-se mais de cinquenta anos, contudo, sem que as questões de defesa fossem tratadas com a devida objetividade e se tornassem conseqüentes.

Enfim, acabamos de assistir à criação do Ministério da Defesa, depois de perdidas boas oportunidades em mais da metade de um século de elaborarmos uma efetiva e eficaz política de defesa. Esperamos que o Ministério da Defesa proporcione a ansiada integração das forças militares, traga economia, garanta unidade de comando, conduza à modernidade, à racionalidade e, sobretudo, à operacionalidade para otimizar o sistema de defesa da Nação.

Na verdade, a Nação brasileira só se preocupou com os problemas de defesa nos momentos de crise e não se conscientizou, até hoje, de que a defesa resulta diretamente da vontade coletiva e individual de cada um e de todos os seus cidadãos quererem se defender. A defesa não pode desconsiderar as raízes da própria Nação nem deixar de estar em sintonia com o verdadeiro sentir, as aspirações e

os valores de seu povo. Numa sociedade livre, se os valores da nacionalidade forem confundidos, muito provavelmente a estratégia de defesa será deturpada. O espírito de defesa emana da vontade de governados e governantes e tem expressão no dever ou imperativo categórico que, por lei, é exigido de todos os cidadãos indiscriminadamente. O cidadão não tem dever algum para com o governo que não possua condições de defender a nação, argumentava Hobbes.

Qualquer balanço sobre o passado não pode ser exclusivamente otimista ou pessimista. Apesar dos pesares, a nossa identidade na-

cional e a unidade territorial e unidade lingüística foram mantidas ao longo desses quinhentos anos. A Nação brasileira tem dado sobejas provas de que não somos militaristas nem alimentamos sonhos imperialistas. Desejamos, porém, uma nação menos vulnerável, que leve a sério o problema da defesa. Há que se preservar o legado precioso transmitido pelos nossos antepassados, garantindo a nossa soberania e integridade territorial. O momento, como dito no início, induz a reflexões. Seria recomendável, pois, lembrar uma frase de Perón, em 1973: *“No final do milênio, estaremos unidos ou seremos dominados.”* ◉

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA

Coleção General Benício



História da Amazônia

Jean Soublin

Jean Soublin é um conhecido romancista e historiador francês com numerosas obras publicadas. Pode ser considerado como um dos melhores brasilianistas da França. Trata-se de um relato histórico sem os rigores acadêmicos, o que o torna acessível a todos os tipos de leitores. O autor faz uma rápida descrição das diversas regiões, relata as tentativas de colonização, comenta a expedição de Pedro Teixeira até Quito, descreve as negociações do Tratado de Madri de 1750, cita as lutas contra os franceses da Guiana e os holandeses do Suriname e a ampliação das fronteiras até aproximadamente os limites contemporâneos, entre outros inúmeros fatos até 1980.